CENSO GIFE

Educação

2005/2006

Instituto UNIBANCO

GIFE

CENSO GIFE

EDUCAÇÃO

2005/2006

Projeto Censo GIFE Educação 2005/2006

Supervisão Geral: Fernando Rossetti
Coordenação: Claudia Candido
Análise dos Dados e Redação: Simon Schwartzman
Colaboração: Maurício Cossio Blanco e Érica Amorim (IETS), Ricardo Porto e Rodrigo Machado (Calepino), Fernando Rossetti, Jussara Mangini e Claudia Candido (GIFE)
Apoio: Instituto Unibanco

Edição e Produção
Edições Jogo de Amarelinha

Impressão: Arvato do Brasil Gráfica

ISBN: 85-88462-11-7

GIFE – Grupo de Institutos,
Fundações e Empresas
Av. Brig. Faria Lima, 2413 – 1º andar
Jardim América
01452-000 – São Paulo – SP
Tel./Fax: (55-11) 3816-1209
e-mail: gife@gife.org.br
www.gife.org.br

Instituto Unibanco
Av. Eusébio Matoso, 891 – 16º andar
05423-901 – São Paulo – SP
Tel./Fax: (55-11) 3097-4062
e-mail: instituto.unibanco@institutounibanco.org.br
www.institutounibanco.com.br

sumário

O Censo **GIFE Educação 2005/2006** foi desenvolvido sob a responsabilidade técnica do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), sob coordenação de Simon Schwartzman, colaboração da Calepino Inteligência Digital (Ricardo Porto e Rodrigo Machado), do GIFE (Fernando Rossetti, Jussara Mangini e Claudia Candido), e apoio do Instituto Unibanco.

Simon Schwartzman é presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). Estudou sociologia e ciência política na Universidade Federal de Minas Gerais, é mestre em sociologia pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO, Chile) e doutor em ciências políticas pela Universidade da Califórnia, Berkeley (EUA). Nos últimos anos, tem trabalhado em temas de educação, ciência e tecnologia e políticas sociais.

apresentação

UM ESTUDO PARA A ANÁLISE E O APERFEIÇOAMENTO DE NOSSAS PRÁTICAS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO

Preocupado com a qualidade da educação no Brasil, o Instituto Unibanco tem se dedicado a compreender as razões de nosso déficit nesse campo. Como decorrência, além de aprimorar constantemente suas ações, buscando a reversão desse cenário, tem estimulado o Terceiro Setor a debater o tema, considerado estratégico diante da necessidade de superarmos a desigualdade no país.

Não foi por outro motivo que nos associamos para a realização do Censo GIFE Educação 2005/2006, que proporcionou a criação de amplo painel dos investimentos sociais na área educacional efetuados pelo setor privado, a partir da análise das atividades desenvolvidas nesse segmento pelos integrantes do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas.

O estudo indicou as áreas que recebem mais apoio de nossas organizações, quantificou as entidades, as pessoas beneficiadas e os resultados dessas iniciativas, atestando que a educação é, sem qualquer dúvida, o foco prioritário das atividades de responsabilidade social promovidas pela rede de associados do GIFE.

Constatamos também que, embora esse seja um fator positivo, ainda não dispomos de sistemas regulares e eficientes para avaliar o impacto dessas ações no Terceiro Setor. E essa talvez seja uma das mais importantes percepções da pesquisa, já que nos leva a repensar modelos e estratégias para assegurar a consolidação de nossas metas comuns.

Esperamos, nesse sentido, que o material aqui apresentado seja de grande valia para nossos parceiros, para entidades com atuação social, para o meio acadêmico e para todos aqueles que, como nós, vêem a educação como a principal bandeira para a construção de um país soberano e sustentável.

Acreditamos ainda que esse instrumento será especialmente útil para estimular novas parcerias e evitar a duplicação de projetos com proposições semelhantes, desenvolvidos num mesmo raio de ação.

Nossa expectativa, portanto, é a de que este trabalho se transforme em importante referencial para o aperfeiçoamento da qualidade do ensino em nosso núcleo de atividades.

Um abraço,

Tomas Zinner

Presidente do Conselho do Instituto Unibanco

os investimentos sociais do GIFE na área da educação

Há consenso crescente, na sociedade brasileira, de que as limitações do sistema educacional são o principal entrave que o país necessita enfrentar para superar seus problemas de pobreza, desajuste e desigualdade social. Isso se reflete nas atividades dos associados do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), que fazem da educação sua área prioritária de atuação, como revelado no Censo GIFE 2005/2006 (Quadro 1). Das 68 instituições que deram informações sobre suas áreas de atividade, 55 executam ou financiam projetos na área de educação, 26 executam projetos próprios, 13 financiam terceiros e 16 fazem as duas coisas. Do total, 34 indicaram o valor de seus investimentos em educação, que somaram cerca de 124 milhões de reais em 2005, ou seja, 28% dos investimentos sociais relatados. Estima-se que o investimento total deva ser de pelo menos o dobro desse valor.

Quadro 1 – Áreas de atuação: associados que participam, entidades e pessoas beneficiadas, recursos investidos

Áreas de atuação	Associados que executam ou financiam projetos nesta área	Entidades beneficiadas	Pessoas beneficiadas	Recursos (reais, 2005)
Educação	55	1.037	3.987.313	123.747.717
Cultura e arte	34	57	254.104	34.975.577
Geração de trabalho e renda	33	20	15.551	9.782.529
Desenvolvimento comunitário de base	29	832	174.494	10.594.380
Saúde	24	185	245.537	36.151.727
Apoio à gestão de organizações do 3º setor	23	17	16.190	3.978.160
Meio ambiente	23	9	39.460	18.099.670
Assistência social	22	179	359.947	7.065.224
Defesa de direitos	19	305	42.276	3.386.056
Comunicações	13		10.604	1.685.861
Esportes	13	10	8.278	9.033.345
Outras	10	41	129.158	181.427.674
Total		2.692	5.279.912	439.927.920

A área de educação é muito ampla. Cobre desde a população infantil até a educação continuada de adultos e permite diversos tipos de atuação, incluindo atividades educativas propriamente ditas, atividades complementares e apoio a pessoas, instituições e sistemas escolares. Uma instituição que deseja atuar nessa área deve avaliar se, com os recursos necessariamente limitados de que dispõe, pode almejar ter um impacto que faça diferença em relação à população ou ao setor educativo de seu interesse, evitando que seu investimento seja diluído.

Para compreender melhor a atuação dos associados do GIFE nessa área, o Censo buscou analisá-la em múltiplas dimensões. Em que setores da educação os associados atuam? Com o sistema de educação formal, apoiando atividades educativas relacionadas ao currículo, atividades educativas não regulares ou atividades extracurriculares? Que tipos de ação são desenvolvidas ou apoiadas? Quantas entidades e pessoas são beneficiadas por esse esforço? Que importância os associados atribuem aos resultados dessas suas ações?

Ao atuar na área de educação, os associados devem decidir se trabalham com as instituições já existentes de educação ou fora delas, e se pretendem agir na área do ensino regular, dado pelas escolas, ou desenvolver atividades complementares e extracurriculares, como, por exemplo, em oficinas de arte ou atividades esportivas. Podem ainda apoiar diretamente as famílias dos estudantes fora do sistema escolar, por meio de bolsas de estudo e apoio ao reforço escolar. O que se observa é que os associados atuam em todas essas áreas, e vários ainda buscam incentivar a qualidade da educação pelo uso de prêmios de diferentes modalidades. (Quadro 2).

Quadro 2 – Total de respondentes

Âmbito de atuação	
Educação regular	33
Atividades extracurriculares	31
Educação não regular	29
Apoio a família/alunos (fora da escola)	22
Total de respondentes	55

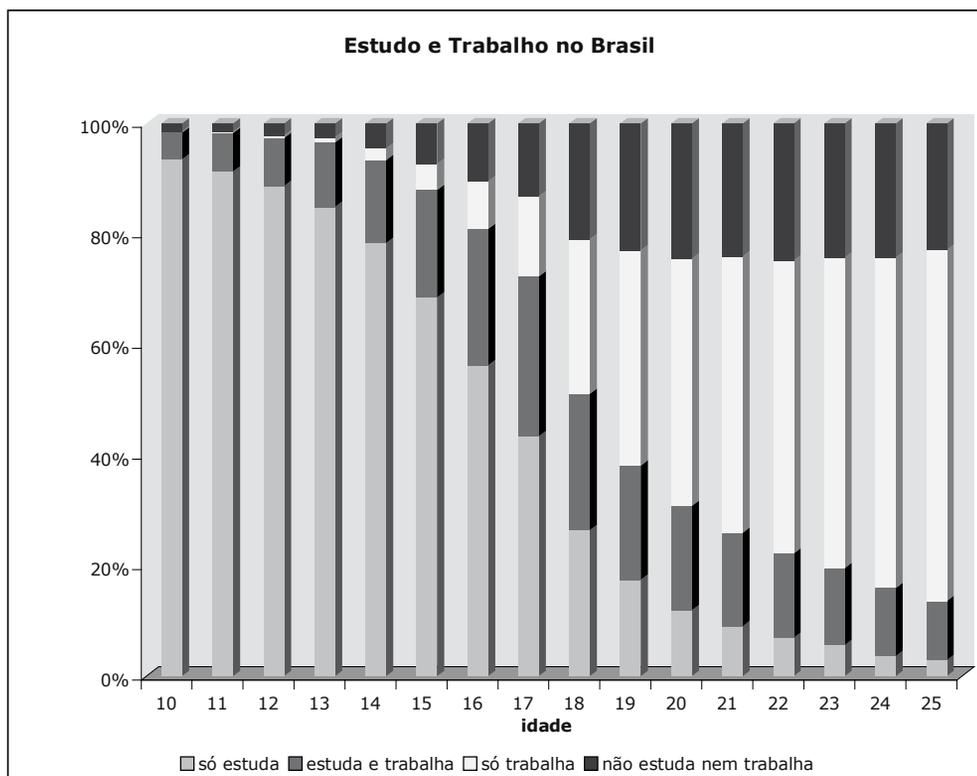
setores

A educação, entendida como um processo de transmissão e aquisição de valores, cultura, conhecimentos e competências, assim como de capacitação para que as pessoas possam entender, participar e se desenvolver no mundo em que vivem, é um processo que começa quando a criança nasce e continua ao longo da sua vida. Nas sociedades modernas, uma parte importante deste processo se dá por meio do sistema de educação formal, escolas e universidades, organizadas em sistemas de progressão seriada. No Brasil, os níveis da educação formal são a pré-escola, para crianças de 3 a 6 anos, a escola fundamental, para crianças entre 6 e 15 anos de idade, a escola média, para jovens entre 15 e 18 anos, e a educação superior, para jovens e adultos de 18 anos e mais. Além desses, são considerados como parte da educação formal as creches, para crianças até 3 anos, e o ensino técnico de nível médio.

O acesso à escola fundamental no Brasil é hoje praticamente universal, mas existem problemas graves de qualidade, e muitos estudantes começam a abandonar a escola quando chegam aos 13 ou 14 anos de idade, muitas vezes sem ter conseguido dominar as competências mínimas de leitura e uso da aritmética. Esse problema afeta sobretudo a população mais pobre, gerando grande contingente de jovens com a educação truncada, que vem se juntar à população mais velha, que não teve o mesmo acesso à educação que a geração atual. O Gráfico 1, baseado nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, produzida pelo IBGE, ilustra bem a situação: na população entre 20 e 25 anos de idade, 25% dos jovens não estudam nem trabalham (incluindo nesse total os desempregados).

A educação formal não regular busca atender e, se possível, recuperar a escolaridade perdida das pessoas que interromperam sua educação formal. A expressão "educação de jovens e adultos", utilizada para descrever o principal componente dessa atividade, inclui desde a preparação para os exames de qualificação para a obtenção dos títulos de nível fundamental ou médio (os antigos exames de suficiência, ou de madureza), até os programas de alfabetização. Outras formas de educação não regular incluem os cursos profissionais, de qualificação para o mercado de trabalho; os programas de aceleração da aprendizagem, para jovens que estão na escola, mas defasados em relação à sua idade; e outras modalidades, como a educação a distância, a educação especial, entre outros.

Finalmente, existe um conjunto de atividades que não procuram transmitir conhecimentos e habilidades convencionais, mas acredita-se que ajudem a desenvolver os valores e as atitudes necessárias para a boa educação: atividades artísticas, esportivas, comunitárias etc.

Gráfico 1 – Estudo e trabalho no Brasil (PNAD 2004)

Quadro 3 – Atividades relacionadas ao ensino regular, ao não regular e a atividades extracurriculares

Ensino não regular	Instituições que têm este tipo de ação	Número de centros beneficiados
Aceleração da aprendizagem	7	21.094
Alfabetização de adultos	7	10
Centros de educação especial	7	124
Educação a distância	5	4.000
Educação de jovens e adultos	15	52.995
Educação profissional	15	1.769
Total de respostas	56	79.992

A prioridade dada pelos associados do GIFE ao ensino fundamental regular responde a um diagnóstico correto da situação. O número de pessoas beneficiadas direta ou indiretamente por essa ação por parte dos associados do GIFE é substancial – cerca de 2 milhões, conforme o reportado (Quadro 4). Esse trabalho se dá tanto por meio de redes próprias de ensino, criadas e mantidas pelos associados, como pelo trabalho junto da rede pública existente. É de fato no ensino fundamental que as crianças adquirem ou deixam de adquirir as competências básicas que lhe permitirão continuar estudando e se aperfeiçoando ao longo da vida. Se essa etapa for perdida, é muito difícil substituí-la por uma ação subseqüente.

Hoje em dia, cada vez mais a literatura especializada vem reduzindo a idade para o início de uma educação de qualidade, devido à importância da competência no uso da linguagem e da comunicação que as crianças adquirem desde os primeiros anos de convivência familiar, e depois na creche e na pré-escola. Apoiar e preparar as famílias para que estimulem intelectualmente seus filhos e transformar a educação infantil, que hoje, no Brasil, é pouco mais do que um albergue para crianças cujas mães precisam trabalhar, em instituições efetivamente educativas, são tarefas de importância crescente para os próximos anos. Hoje, porém, é na escola fundamental que a quase totalidade das crianças brasileiras adquirem sua primeira experiência de educação formal, e ela necessita de apoio prioritário.

A redução do analfabetismo e a preparação de jovens e adultos para os exames de qualificação do ensino fundamental e médio são também tarefas importantes, mas com dificuldades próprias. No Brasil, os analfabetos plenos, que não conseguem ler uma frase ou escrever seu nome são, sobretudo, pessoas mais velhas e pobres, vivendo na área rural dos estados do Nordeste, e seu contingente vem se reduzindo ano a ano de forma natural. A experiência mostra que, mesmo quando as pessoas com essas características conseguem aprender a ler e a escrever em campanhas ou cursos especiais, elas freqüentemente retornam à condição anterior, por não terem adquirido fluência e por falta de uso e prática.

Quadro 4 – Instituições com iniciativas em relação ao ensino regular

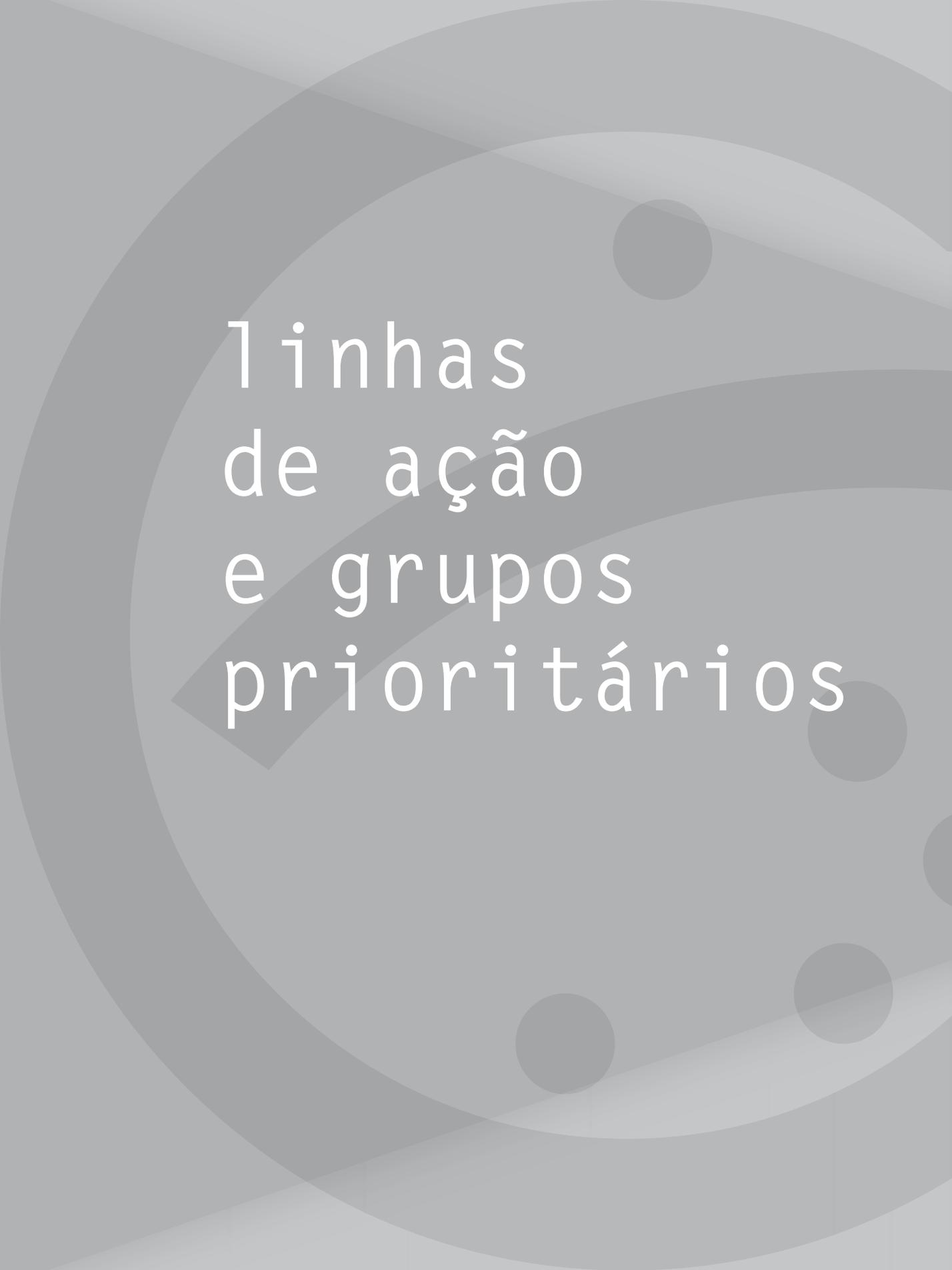
Setores beneficiados	Instituições que têm esta iniciativa	Instituições que informam o número de pessoas atendidas ou beneficiadas	Pessoas atendidas no ensino regular
Alunos	27	18	1.926.189
Docentes	29	14	111.933
Diretores	19	6	2.900
Administradores	9		
Profissionais e pesquisadores da educação	11	4	1.762
Total			2.042.784

Para os que conseguem reter o aprendido, a alfabetização pode significar profunda transformação na vida, e os investimentos destinados à redução do analfabetismo adulto, quando bem conduzidos, são muito importantes. Mas essa não é, claramente, uma área de ação prioritária, se comparada com o problema muito mais extenso do analfabetismo funcional que existe dentro dos sistemas de educação formal, que não aparece nas estatísticas de analfabetismo nem tem sido objeto, como deveria, de uma ação pública mais efetiva.

Problema semelhante ocorre com os cursos de qualificação para os exames de nível fundamental e médio. Hoje, no Brasil, o mercado de trabalho exige cada vez mais o diploma escolar como requisito mínimo para um emprego regular, o que afeta fortemente os jovens que abandonam a escola sem completar o ensino fundamental ou médio. A experiência mostra que um jovem que abandonou recentemente a escola, se devidamente apoiado por professores e materiais adequados, pode em pouco tempo recuperar os anos perdidos, demonstrar suas novas competências em um exame e adquirir a qualificação formal que lhe falta.

Existe o risco, porém, de que a exigência formal do diploma estimule mecanismos para obtê-lo independentemente da formação à qual ele deveria corresponder, o que leva à necessidade de desenvolver e manter padrões claros para a avaliação dessa equivalência. Para avaliar esses programas, não basta pois ter a informação de quantos recursos foram investidos, quantas entidades estiveram envolvidas ou quantas pessoas foram atendidas: é necessário saber se, efetivamente, as pessoas adquirem os conhecimentos e as qualificações formais e informais que se esperam. Nos últimos anos, o Ministério da Educação e várias secretarias estaduais vêm desenvolvendo exames para a avaliação de resultados da educação em diversos níveis, como o Saeb, para a educação básica, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), para a educação média, e o ENCCEJA, para a educação de jovens e adultos. São padrões que também poderiam ser adotados pelas entidades privadas para avaliar os resultados de suas ações.

A educação técnica e profissional é freqüentemente apontada como alternativa preferencial em relação à educação regular, por poder dar aos estudantes uma capacitação prática mais rápida e eficiente, garantindo seu lugar no mercado de trabalho. No Brasil, a experiência de formação profissional de instituições como o Senai e o Sesc é considerada muito bem-sucedida, embora restrita em números. Por outra parte, as tentativas de implantar sistemas regulares de formação técnica e profissional do governo federal e das Secretarias Estaduais de Educação têm sido mais limitadas em termos de resultado. A chave para o sucesso das experiências de formação profissional, como nos exemplos clássicos de países como a Alemanha e a Suíça, é a participação intensa e direta das empresas no processo educativo, em parceria com o setor de ensino. Seria de se esperar que os associados do GIFE, como empresas ou institutos associados a empresas, tivessem uma atuação muito mais forte nessa área do que a levantada pelo Censo. Uma possível explicação é que as empresas já realizam essas atividades, diretamente ou em parceria com o "sistema S", e por isso não as incluem entre suas áreas prioritárias de investimento social.

Os programas de aceleração de aprendizagem estão classificados como atividades de ensino não regular, mas de fato atuam no interior do sistema regular. Essa atividade consiste em trabalhar com alunos defasados para que eles possam, em pouco tempo, retomar a série correspondente à sua idade e concluir a educação básica na época apropriada. São programas de extrema importância, que lidam com um dos problemas centrais da educação brasileira: as altas taxas de repetências. Estas não se solucionam, simplesmente, com programas de promoção automática, implementados em detrimento dos requerimentos de desempenho.

linhas de ação e grupos prioritários

Os dados do Censo GIFE mostram a ação dos associados ao longo de duas dimensões principais, as linhas de ação prioritárias (Quadro 5) e os grupos para o quais essa ação se dirige (Quadro 6). A maioria dos associados desenvolve ações múltiplas para diferentes grupos, mas as atividades de formação de professores predominam sobre as demais, seguidas de atividades de complementação da educação regular, na forma de oficinas de arte e atividades de complementação e reforço escolar. Seguem-se várias atividades de transferência de recursos na forma de bolsas de estudo e doações de equipamentos e material escolar, e uma atividade relativamente menor de capacitação de diretores e de pessoal administrativo. O grupo preferencial sobre o qual essa atividade é exercida é o do ensino fundamental, para crianças de 7 a 14 anos, seguido pelos jovens de 15 a 18 anos do médio e, um pouco mais distante, a pré-escola e a educação de jovens e adultos. É possível ver também quais são as ações preferenciais dentro de cada nível educacional (Quadro 7): de forma geral, as linhas prioritárias de ação, de formação de professores e atividades educacionais complementares são as predominantes em praticamente todos os níveis.

Quadro 5 – Linhas de ação prioritárias na área de educação

Linhas de ação	Número de associados que se dedicam a esta ação
Capacitação de professores	41
Oficinas de arte-educação	30
Complementação/Reforço escolar	28
Doações de livros/materiais didáticos	23
Capacitação de diretores	22
Instalação de bibliotecas/laboratórios	22
Bolsas de estudo	20
Confecção de material didático	20
Doações de equipamentos	18
Capacitação de pessoal administrativo	15
Produção de conhecimento/pesquisa	14
Construção/Reforma/Manutenção de escolas	8
Outros	7

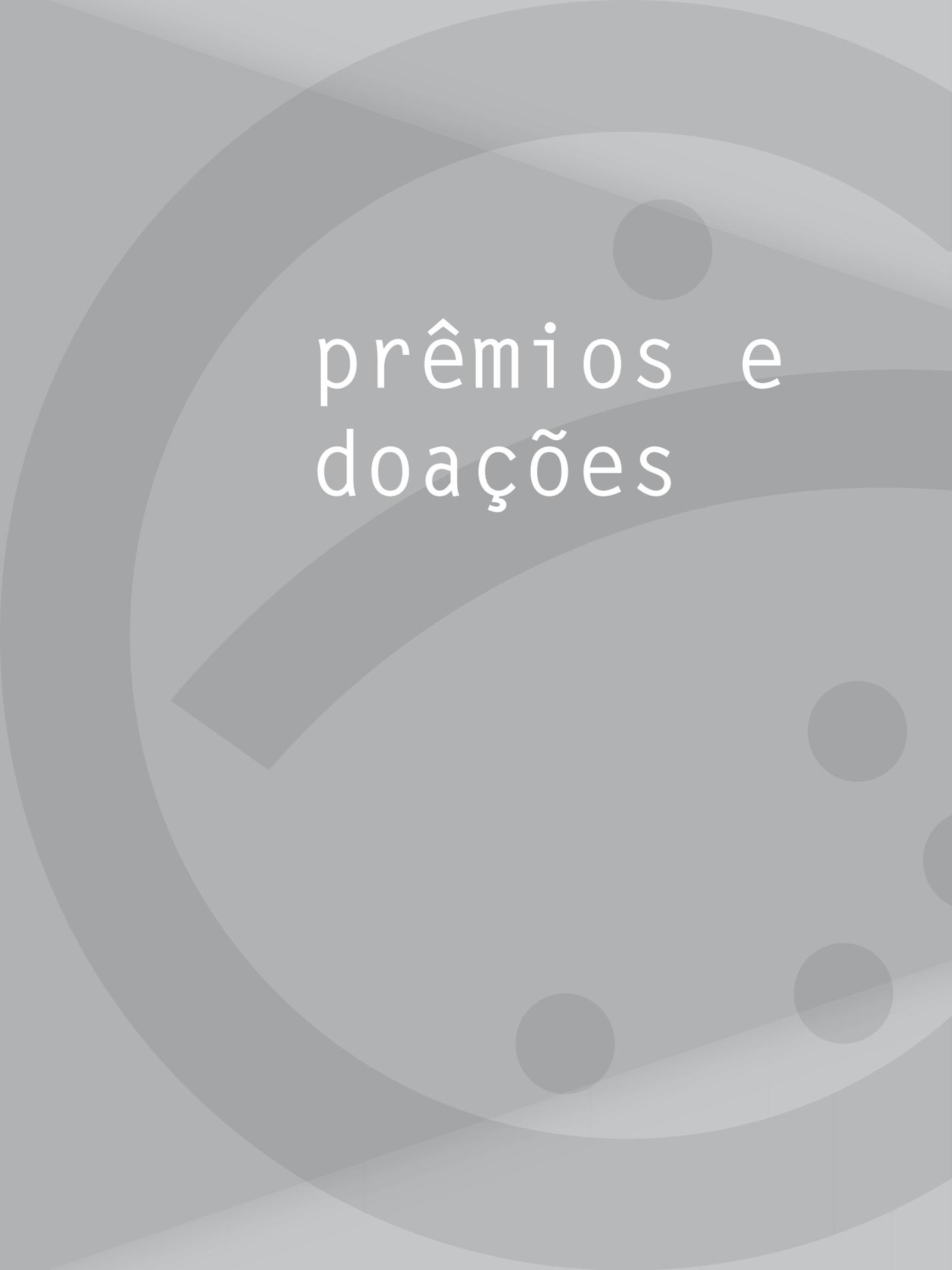
Quadro 6 – Grupo preferencial de ação (níveis educacionais)

Nível educacional	Número de associados que se dedicam a este nível
Ensino Fundamental (7-14 anos)	52
Ensino Médio (15-17 anos)	46
Pré-Escola (3-6 anos)	24
Educação de Jovens e Adultos	21
Educação Profissional	18
Creche (0-3 anos)	17
Educação Superior e Pós-Graduação	16
Alfabetização de Adultos	15
Ensino Técnico	12
Educação Especial	8
Aceleração de Aprendizagem	7

Quadro 7 – Ações em educação, por níveis e tipos de educação

Linhas de ação	Creche (0-3 anos)	Pré-Escola (3-6 anos)	Ensino Fundamental (7-14 anos)	Ensino Médio (15-17 anos)	Alfabetização de Adultos
Bolsas de estudo	1	2	7	11	1
Capacitação de diretores	1	4	19	13	2
Capacitação de pessoal administrativo	1	4	11	9	2
Capacitação de professores	10	13	33	24	8
Complementação/ Reforço escolar	2	6	25	20	5
Confecção de material didático	2	4	18	12	2
Construção/Reforma/ Manutenção de escolas	5	6	7	7	3
Doações de equipamentos	3	7	16	12	3
Doações de livros/ materiais didáticos	5	11	21	15	5
Instalação de bibliotecas/laboratórios	4	8	20	14	4
Oficinas de arte-educação	3	8	24	19	4
Produção de conhecimento/ pesquisa	2	4	12	9	3
Outras	1	1	4	4	2
Total de respostas	40	78	217	169	44

Ensino Técnico	Educação Profissional	Educação de Jovens e Adultos	Aceleração de Aprendizagem	Educação Especial	Educação Superior e Pós-Graduação	Total de Respostas
3	4	1	0	0	9	39
1	3	3	2	1	2	51
3	5	3	1	2	1	42
5	8	11	4	2	2	120
	5	9	2	4		78
3	3	5	2	1	1	53
1	2	3				34
2	5	4	1	1	3	57
2	2	4	1	1	2	69
3	3	5	1			62
2	2	8	2	2	2	76
1	2	2	1			36
1	1		1			15
27	45	58	18	14	22	732

É provável que a preferência pela ação direta, capacitando professores e preparando estudantes, em vez de simples doações de equipamentos e recursos, reflita a percepção, por parte dos associados, de que os problemas da educação não se limitam à falta de recursos, e que recursos adicionais nem sempre produzem os resultados positivos esperados. Se o problema principal da educação fundamental no Brasil de hoje é a má qualidade da formação que os alunos recebem, então o trabalho com os professores se torna uma prioridade natural. No entanto, ainda existe muita incerteza sobre como deve ser esse trabalho e que abordagens permitem resultados mais significativos. A legislação brasileira atual requer que professores e professoras da educação básica tenham uma titulação de nível superior, e isso levou a uma grande demanda por cursos de pedagogia em instituições públicas e privadas, realizados geralmente à noite e, mais recentemente, por metodologias de educação a distância. Não há evidência, no entanto, de que os professores que passam por esses cursos melhorem de forma significativa sua atuação, medida pela melhoria do desempenho de seus alunos. O mesmo se aplica ao grande número de cursos de curta duração e reciclagem que são oferecidos pelas secretarias de educação e municipalidades de muitos estados. Esses cursos contam pontos para o currículo profissional dos professores e em geral são bem apreciados e avaliados pelos participantes, mas seu impacto do ponto de vista educacional é desconhecido. O Censo GIFE, pela sua natureza, não descreve detalhadamente a atuação dos associados nessa área; essas informações estão disponíveis, no entanto, nas entidades associadas.

prêmios e doações

Vários associados utilizam prêmios como instrumento para estimular o bom desempenho de escolas, alunos e professores, assim como também costumam premiar jornalistas, organizações da sociedade civil e outras pessoas e entidades que participam ativamente das questões da educação (Quadro 8). A importância dos prêmios é que eles ajudam a estabelecer padrões de boas práticas, difundem esses padrões entre a população e criam um ambiente saudável de emulação entre os participantes.

Quadro 8 – Concessão de prêmios

Tipos de prêmio	Número de associados que concedem
Para professores	17
Para estudantes	13
Para escolas	13
Outros prêmios	6

A doação de equipamentos e materiais escolares para escolas pode desempenhar papel muito importante na formação dos alunos, e vários associados do GIFE fazem esse tipo de ação (Quadro 9). Todas as escolas necessitam de oficinas, laboratórios, bibliotecas e centros de computação, e nem todas dispõem dos recursos necessários para adquirir e manter esses equipamentos em funcionamento. Por outro lado, é muito comum encontrar situações em que as bibliotecas, laboratórios e centros de computação existem, mas permanecem fechados ou com mínima utilização. Há muitas razões para isso, desde os problemas de mau uso, depredação e roubo, até a falta de pessoal capacitado e dedicado ao uso desses recursos – bibliotecários, professores de ciência com formação prática etc. – passando por problemas de manutenção. A boa prática, portanto, deve ser sempre a de não se limitar a fazer a doação, mas acompanhá-la com os recursos e o trabalho necessário nas escolas para manter esses espaços em funcionamento.

Em relação aos livros didáticos, o Ministério da Educação investe volumes muito significativos para a aquisição e distribuição de livros, escolhidos pelas escolas a partir de uma lista aprovada por comissões de especialistas. Escolas privadas que atendam a estudantes de pouco poder aquisitivo, no entanto, podem precisar desse tipo de apoio. A doação de materiais didáticos pode também estar associada a programas mais amplos de apoio ao ensino, como os de aceleração da aprendizagem. O problema principal em relação aos livros didáticos não é mais sua falta, nem mesmo sua qualidade, mas a freqüência com que os livros não são devidamente utilizados, por falta de orientação adequada para os professores.

Quadro 9 – Tipos de doação

Doações realizadas	
Material didático/pedagógico/livros	27
Equipamentos	23
Dinheiro	18
Material de laboratório	8
Uniformes escolares	6
Outros	15
Total de respostas	97

importância das ações

O Quadro 11 permite ver a importância que as instituições atribuem aos diferentes tipos de ação. Esse quadro está baseado no número de respostas que as instituições deram a cada item e na avaliação dessa importância, em uma escala de 1 (extremamente importante) a 4 (pouco importante). Como é de se esperar, os associados tendem a considerar mais importantes suas áreas prioritárias de ação. As atividades de capacitação de professores são as mais importantes segundo os dois critérios, com ênfase especial na capacitação para a educação de jovens e adultos, aceleração da aprendizagem e educação especial. No outro extremo, atividades mais tradicionais, como doação de bolsas de estudo, equipamentos e livro didático, foram consideradas menos importantes. A capacitação de diretores de escola, hoje considerada uma questão fundamental para o funcionamento da educação formal, foi considerada de importância próxima à de capacitação de pessoal administrativo. Em termos de grupos e setores atendidos, a maior prioridade é a educação de jovens e adultos e a aceleração da aprendizagem, com pouca ênfase no ensino técnico-profissional e na educação infantil.

Quadro 10 – Avaliação média dos tipos de atividade

	Respostas	Médias
Capacitação de professores	181	1,57
Reforço escolar	66	1,70
Confecção de material didático	66	1,75
Oficinas de arte-educação	81	1,77
Pesquisa	43	1,81
Capacitação de diretores	54	1,90
Doações de livros/materiais didáticos	76	2,02
Instalação de biblioteca/laboratórios	64	2,20
Capacitação de pessoal administrativo	41	2,29
Doações de equipamentos	55	2,38
Bolsas de estudo	52	2,42
Obras nas escolas	46	2,54

Nota: 1-Extremamente importante; 4-Pouco importante.

Outra visão sobre o possível impacto das ações pode ser obtida pela correlação entre os diferentes tipos de ação desenvolvidos pelos associados e sua opinião a respeito do impacto que elas têm em relação aos beneficiados diretos da ação, às entidades beneficiadas, à região em que o associado atua e em relação ao país como um todo. Esses dados devem ser vistos com cautela, porque a pergunta sobre impacto, no Censo, não se referiu a cada ação específica, nem mesmo à área de educação, mas ao desempenho do associado como um todo; e, além disso, em vários casos, o número de respondentes é reduzido (Quadro 12). De maneira geral, no entanto, o quadro sugere que os associados percebem mais impacto direto sobre os beneficiários do que sobre a região em que atuam, ou sobre o país. Confecção e doação de livros e materiais didáticos são vistos como os que têm maior impacto, enquanto as atividades de oficina de artes, reforço escolar e financiamento de laboratórios aparecem como sendo de impacto reduzido.

Quadro 11 – Grau de importância das atividades selecionadas de acordo com o público-alvo de sua ação

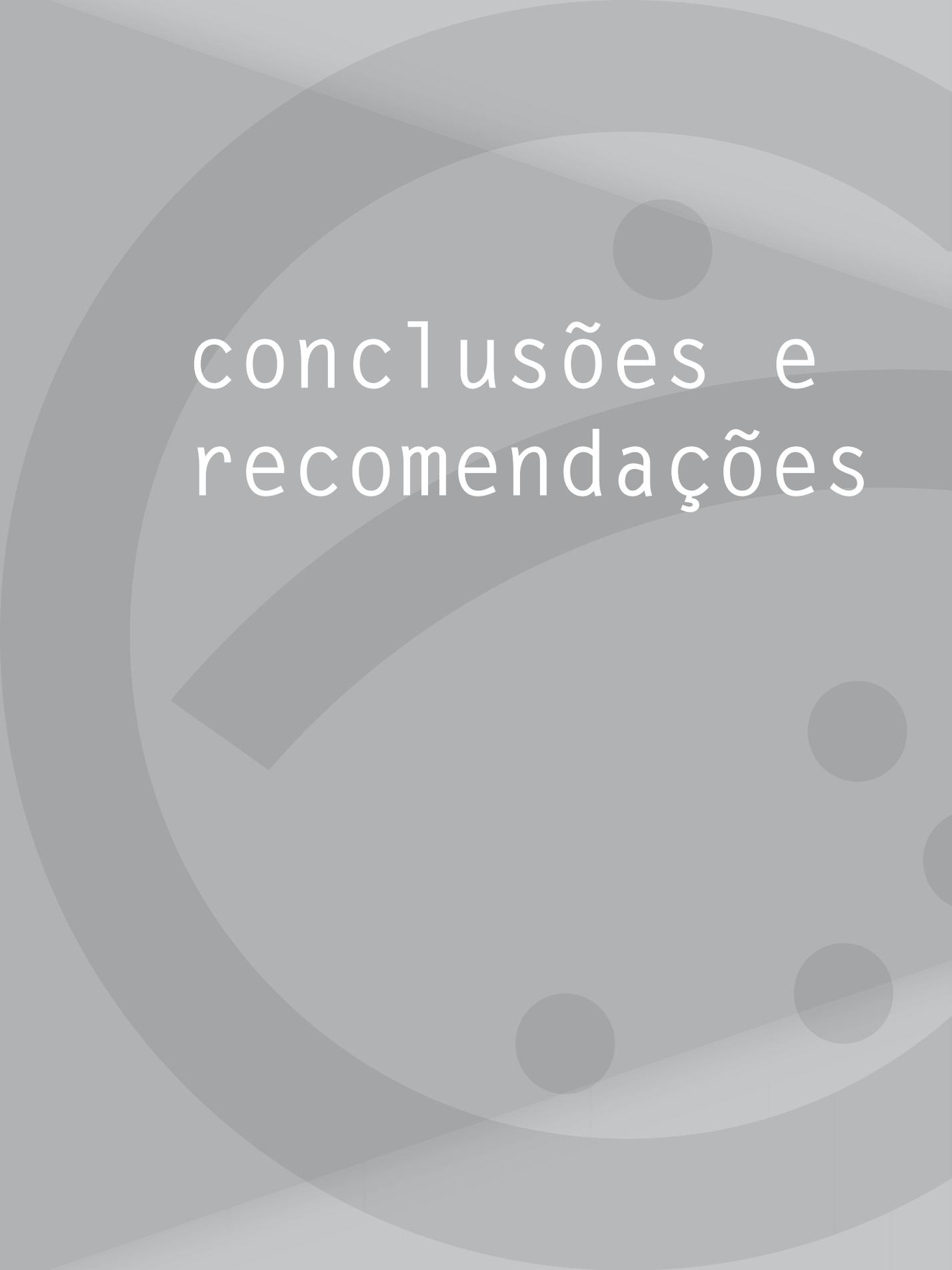
	Oficinas de arte-educação	Reforço escolar	Capacitação de professores	Capacitação de diretores	Capacitação de pessoal administrativo
Creche (0-3 anos)	2	2	1,8	2,3	2,8
Pré-Escola (3-6 anos)	2	2	1,6	2	2,4
Ensino Fundamental (7-14 anos)	1,5	1,6	1,5	1,6	2,2
Ensino Médio (15-17 anos)	1,7	1,5	1,7	1,9	2,4
Alfabetização de adultos	2,4	2	1,3	1,5	2
Ensino técnico	2	2	1,7	2	1,5
Educação profissional	2,6	1,8	2	2,8	2,8
Educação de jovens e adultos	2,2	1,5	1,3	2	2
Aceleração de aprendizagem	2	1,5	1,5	2	2
Especial	1,5	1,5	1,5	2	2
Educação superior	2,8	2	2	2	2
Pós-graduação	2,9	2	2	2	2
Total de respostas	81	66	101	54	41

Nota: 1-Extremamente imporante; 2-Muito importante; 3-Importante; 4-Pouco importante.

Bolsas de estudo	Confecção de material didático	Doações de livros/ materiais didáticos	Doações de equipamentos	Instalação de biblioteca/ laboratórios	Obras nas escolas	Pesquisa
3	2	2,2	3	2,8	2,8	2,3
2,8	2	2	3	2,6	2,9	2,5
2,4	1,8	2	2,4	2,1	3,1	1,7
2,3	1,8	2	2,4	2	2,8	1,6
2	1,4	2,3	2	2	2	1,5
2,5	1,5	2	2	2,3	2	1,5
3	2	2,6	2,8	2,6	2,8	2
2	1,4	2	2	2	1,7	2
2	1,3	1,5	2	2	2	2
2	1,5	2	1,7	2	2	2
1,9	2	1,5	1,5	1,7	1,7	2
2,3	2	1,5	1,5	1,5	1,3	1,5
52	66	76	55	64	46	43

Quadro 12 – Impacto das áreas de atuação

Áreas de atuação	Impacto sobre os beneficiários	Impacto sobre a instituição	Impacto sobre a região	Impacto sobre o país
Oficinas de arte-educação	0,716	0,859	0,527	0,469
Reforço escolar	0,634	0,191	0,524	0,716
Capacitação de professores	**0,057**	0,103	**0,133**	**0,057**
Capacitação de diretores	**0,087**	0,682	0,312	0,271
Capacitação de pessoal administrativo	**0,075**	0,431	0,974	0,957
Bolsas de estudo	0,766	0,356	0,21	**0,041**
Confecção de material didático	**0,001**	**0,043**	0,431	0,136
Doações de livros/ materiais didáticos	**0,032**	**0,039**	0,16	**0,033**
Doações de equipamentos	**0,038**	0,339	**0,068**	0,204
Instalação de biblioteca/ laboratórios	0,208	0,25	0,03	0,68
Obras nas escolas	0,38	**0,068**	0,147	0,553
Outras	0,553	0,127	0,694	0,902

(*) Níveis de significação do coeficiente de correlação de Sommer (D) – Estão em negrito os valores mais significativos, menores que 10%.

conclusões e recomendações

A análise dos dados sobre educação pelo Censo GIFE confirma que esta é uma área prioritária para os associados, e isso corresponde ao consenso nacional sobre a importância da melhoria da educação brasileira. As razões pelas quais as escolas públicas não produzem os resultados esperados são múltiplas, e as explicações apresentadas nem sempre são consensuais. No entanto, todos concordam que a escola precisa funcionar minimamente, com estabilidade em seus quadros de professores e funcionários, instalações e equipamentos adequados. Ainda que existam problemas de recursos, escolas com os mesmos recursos limitados podem produzir resultados muito distintos, porque outros fatores também atuam. É necessário que elas funcionem como instituições que tenham a educação como valor central, e para isso o papel do diretor da escola é fundamental. Os professores precisam adotar métodos corretos de alfabetização, apoiados por materiais pedagógicos testados e bem estabelecidos. E os resultados das atividades educacionais devem ser acompanhados, para estimular os bons resultados e corrigir as dificuldades que sejam detectadas.

A capacitação de professores é a principal atividade dos associados, tanto em prioridade como em número de projetos, e seria importante saber se esse esforço, que teria grande poder multiplicador, está sendo bem-sucedido. Infelizmente, não existem dados para verificar isso. Existem no Brasil muitas atividades de aperfeiçoamento e educação continuada de professores, que consomem recursos consideráveis e tendem a ser muito populares entre os próprios professores. O impacto desse esforço sobre o desempenho dos alunos, no entanto, é desconhecido.

Os associados dedicam também recursos aos trabalhos de reforço escolar, aceleração da aprendizagem e educação de jovens e adultos. Essas atividades são muito importantes para trazer de volta para o estudo e o trabalho pessoas que, por diversas razões, foram excluídas ou deixadas para trás nos sistemas de ensino regular. As altas taxas de repetência que existem no Brasil levaram muitos estados a implantar sistemas de ciclos e políticas de promoção automática que, por um lado, são capazes de reduzir efetivamente a reprovação, mas, por outro lado, podem surtir o efeito de reduzir a prioridade que deve existir para que os estudantes realmente aprendam e não simplesmente fiquem na escola e sejam promovidos de um ano a outro. As atividades de reforço e recuperação são mais efetivas para determinados grupos e em determinadas condições do que em outros. Por exemplo, os programas de alfabetização de adultos são claramente pouco eficientes, porque o público-alvo é geralmente mais idoso e dificilmente tem condições de recuperar de forma adequada o domínio da língua escrita. Por outra parte, programas de reforço escolar e apoio aos estudantes ainda jovens podem ter impacto mais significativo.

A pesquisa revela que os associados dão prioridade aos jovens e não têm uma atuação muito marcada na área da educação infantil, por um lado, nem do ensino técnico, por outro. A educação infantil tem crescido de forma muito acelerada no Brasil nos últimos anos. Essa expansão é explicada pela literatura que, cada vez mais freqüentemente, tem mostrado que uma boa educação pré-escolar pode fazer grande diferença no desempenho das crianças pelo resto da vida. No entanto, não há nenhuma evidência de que a educação escolar propagada nos últimos tempos,

estimulada em grande parte pela ação dos governos municipais, tenha a qualidade mínima e o conteúdo pedagógico necessários para que esses efeitos se produzam. A pré-escola funciona, também, como creche, e essa é uma função importante para as mães que trabalham. Esse é um setor no qual os associados poderiam dar importante contribuição, identificando e estimulando as boas práticas e desenvolvendo modelos de trabalho com a população infantil que possam ser multiplicados.

O ensino técnico e profissional aparece no Censo como de baixa prioridade. No passado, era comum a noção de que o ensino técnico deveria ser uma alternativa para as crianças que não conseguissem acompanhar os cursos mais acadêmicos de primeiro e segundo graus, e isso sempre esteve fortemente relacionado com a posição socioeconômica das famílias: ensino geral e acadêmico para as classes médias e altas, e ensino profissional e técnico para os mais pobres. Isso levou a uma grande desvalorização desse tipo de educação, exceto em pequeno número de instituições especializadas e bem financiadas, como o sistema de escolas técnicas federais – as Fatec –, as escolas profissionais do Senai e outras entidades do sistema S. O consenso atual é que o fundamental na educação pública deve ser a capacitação geral dos estudantes, sobretudo para o domínio da linguagem escrita e dos conceitos da matemática. A formação técnica e profissional pode ser um nicho importante, desde que dada com competência e em um relacionamento próximo entre os centros de formação e as empresas. Não deve ser, para o estudante, um beco sem saída, mas um caminho alternativo que permita também a continuidade dos estudos em níveis superiores.

Dada a presença de grandes empresas dentre os associados, tanto como investidores diretos na área social quanto como mantenedoras de institutos e fundações, seria de se esperar que houvesse maior interesse em trabalhos de formação técnica e profissional em parceria com essas próprias instituições. É provável que haja atividades desse tipo que não aparecem no Censo GIFE, por ocorrerem em outros setores de atividade das empresas.

Na Rede GIFE, constatou-se pouco apoio ao ensino superior, à pós-graduação e às atividades de pesquisa. Isso é compreensível, uma vez que os alunos dos cursos superiores já conseguiram, em geral, superar as carências que impedem que milhões completem sua educação básica. No entanto, a pesquisa educacional no Brasil, apesar de extensa, ainda é bastante incipiente e incorpora pouco dos avanços que vêm ocorrendo em outros países. Seria importante que o GIFE pudesse contribuir para fortalecer a área de estudos educacionais. Isso poderia ajudar as instituições a ter mais clareza sobre onde e como investir.

Finalmente, fica claro pelo Censo que os associados, em sua maioria, não dispõem de sistemas regulares de avaliação do impacto dos resultados de suas ações. Esse tipo de avaliação é em geral mais complexo do que o simples acompanhamento de projetos, a quantificação de recursos investidos e de pessoas beneficiadas. Mas ele é essencial para que se possa, ao longo do tempo, focalizar cada vez melhor esse importante investimento que os associados do GIFE fazem em prol da educação do país.

Anexo – Siglas

SAEB **–** Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

ENEM **–** Exame Nacional do Ensino Médio

ENCCEJA – Exame Nacional de Certificação de Competência de Jovens e Adultos

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

FATEC – Faculdade de Tecnologia